

XIX encontro nacional
ENANCIB de pesquisa em
ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-05 – Economia Política da Informação

O CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO APLICADO A ARQUIVOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Evelin Mintegui (Universidade Federal de Santa Catarina)

Cezar Karpinski (Universidade Federal de Santa Catarina)

THE CONCEPT OF INFORMATION REGIME APPLIED TO ARCHIVES AND RECORDS IN BRAZILIAN MASTER AND P.H.D. THESIS

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este trabalho surge no contexto de uma pesquisa de doutorado com o intuito de analisar as políticas públicas de arquivo relacionadas com políticas públicas culturais e de patrimônio no Brasil. Tal iniciativa prevê um levantamento dessas políticas, utilizando-se do ciclo de políticas públicas como referência para compreender processos de captação de demandas, formulação, implementação e avaliação, considerando política pública no sentido de ação do estado. Este processo de levantamento do ciclo de políticas públicas compreende a identificação, em cada fase, de atores políticos e seus contextos. No processo de busca de uma metodologia adequada para a abordagem de tal problemática, este trabalho apresenta uma primeira aproximação com o conceito de regime de informação, através de uma sistematização que demonstra a interpretação de três distintos autores, nos quais identificamos três distintas vinculações teóricas. Foi realizada busca na Biblioteca Digital de Dissertações e Teses procurando trabalhos que contivessem os termos “regime de informação” e “arquivos” em seus títulos e resumos. Foram identificadas uma tese e três dissertações, analisadas de maneira a compreender a tendência da vinculação teórica do conceito de regime de informação. Não foram encontrados trabalhos que relacionassem o conceito de regime de informação à análise de políticas públicas e patrimônio cultural. Considerou-se que no caso da temática de arquivos, o conceito de regime de informação ainda é pouco explorado em sua vertente pragmática, o que pode abrir caminhos para novas pesquisas que venham a operacionalizar essa proposta.

Palavras-Chave: Regime de informação; Arquivos; Políticas Públicas.

Abstract: This work arises in the context of a doctoral research with the purpose of analyzing public archival policies related to public cultural and heritage policies in Brazil. This initiative envisages a survey of these policies, using the public policy cycle as a reference to understand processes to capture demands, formulation, implementation and evaluation, considering public policy in the sense of state action. This process of surveying the public policy cycle involves the identification, at each stage, of political actors and their contexts. In the process of searching for a suitable methodology to approach such problem, this work presents a first approximation with the concept of information regime, through a systematization that demonstrates the interpretation of three different authors, in which we identify three different theoretical links. A search was made in the Digital Library of Dissertations and Theses for papers that contained the terms "information regime" and "archives" in their titles and abstracts. We have identified a thesis and three dissertations, analyzed in order to understand the tendency of the theoretical linkage of the concept of information regime. No studies were found that related the concept of information regime to the analysis of public policies and cultural heritage. It was considered that in the case of archives, the concept of information system is still little explored in its pragmatic aspect, which may open the way for new research that will operationalize this proposal.

Keywords: Information regime; Archives and records; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge no contexto de uma pesquisa de doutorado com o intuito de analisar as políticas públicas de arquivo relacionadas com políticas públicas culturais e de patrimônio no Brasil. A proposta de metodologia prevê um levantamento dessas políticas, utilizando-se do ciclo de políticas públicas como referência para compreender processos de captação de demandas, formulação, implementação e avaliação, considerando política pública no sentido de ação do estado. Este processo de levantamento do ciclo de políticas públicas compreende a identificação, em cada fase, de atores políticos e seus contextos.

Arquivos são o conjunto de documentos criados para os fins de existência de uma organização, pessoa ou família. Na legislação brasileira, a definição de arquivo apresenta ainda a ideia de gestão de um ciclo de vida, em que se toma os documentos como correntes, intermediários e permanentes, independentemente do tipo de suporte. Esses princípios de formulação da política nacional de arquivos públicos e privados são dados pela Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. (BRASIL, 1991). A referida Lei também cria O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e estabelece o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Este último é definido como uma “rede” de instituições arquivísticas com competências derivadas das diferentes instâncias (federal, estadual e municipal) dos diferentes poderes (executivo, legislativo, judiciário). Essas instituições regulariam, dentro de suas esferas de competência e através de sistemas menores, todos os processos referentes aos documentos de arquivo,

desde sua produção até a guarda permanente, todos regulados pelo executivo federal através do Arquivo Nacional, que preside o SINAR e o CONARQ. (BRASIL, 2002).

Quanto ao aspecto de valor histórico, memorial e patrimonial, os arquivos públicos (enquanto conjunto de documentos, não necessariamente enquanto instituições) podem atuar como transmissores de acontecimentos vividos, nunca tomados como neutros em absoluto, embora com intenção de neutralidade, passível de provocar diálogo entre o tempo da coisa dita e o tempo do pesquisador. Os arquivos públicos são guardadores de discursos, que podem ou não ser ativados para preencher esse espaço intersubjetivo entre indivíduo e cultura, informado pela memória. Por isso, qualquer política que determine a guarda, a eliminação ou a inexistência desse tipo de registro (porque deixar estar sem nenhuma ação também pode ser considerado um ato político) revela aspectos interessantes sobre a constituição da memória pública - a escolha daquilo que se quer preservar.

Nesse sentido, entende-se necessário utilizar um escopo para a análise dessa diversidade de dados a serem coletados, ou seja, do mapeamento de todas as políticas públicas brasileiras que contemplem arquivos, assim como seus atores e processos de constituição e implementação. Uma possibilidade para analisar tal corpus seria a aplicação do conceito de regime de informação (RI).

O objetivo deste trabalho é iniciar uma aproximação com o conceito de RI, com a finalidade de, mais tarde, aplicá-lo à problemática das políticas públicas de arquivos no Brasil, uma vez que o conceito tem sido utilizado como “recurso interpretativo para abordar as relações entre política, informação e poder” (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2012, p. 50). Partindo do pressuposto de que esse conceito teria o potencial de ajudar a integrar as dimensões das políticas públicas de arquivamento e patrimônio cultural, procuramos explorar tal conceito e refletir sobre as possibilidades de aplicá-lo para compreender o contexto das relações que englobam as políticas de arquivos no Brasil, bem como verificar se tal tema já havia sido abordado por tal perspectiva.

Como introdução ao conceito de RI, utilizamos a sistematização realizada por Gonzáles de Gómez (2012), a seguir apresentada. A partir dela, entendemos que apesar de uma suposta imprecisão conceitual, o RI apresenta uma amplitude que varia dependendo de suas vinculações teóricas. Analisamos uma tese e três dissertações que relacionam o conceito de RI a arquivos, e apresentamos considerações acerca das vinculações teóricas que possam vir a contribuir para a proposta de pesquisa inicialmente apresentada.

2 UMA SISTEMATIZAÇÃO DE DIFERENTES ABORDAGENS DO CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO

Em artigo dedicado à construção do conceito de regime de informação, González de Gomez (2012) procura reconstruir o contexto histórico e discursivo do termo, associando-o um conjunto de palavras que compartilham a proposta explicativa e o contexto de aplicação (cadeia de produção de informação, infra-estrutura de informação, modo de informação). Ao mesmo tempo, a autora procura relacioná-lo a outros sintagmas presentes nas análises das ciências sociais contemporâneas (regime de enunciação, modo de existência, regime de valor). Tal análise seria útil para compreender os rumos das pesquisas em ciências sociais aplicadas, especialmente a Ciência da Informação, que derivariam de uma ou outra afinidade ou filiação teórica.

Nosso interesse neste texto de González de Gomez (2012) deriva da sistematização realizada acerca de três posturas epistêmicas para a aplicação do conceito de RI. Todos o utilizam como recurso interpretativo para análises que de outra maneira enfraqueceriam a compreensão das relações entre política, informação e poder. A seguir, apresentamos um resumo da interpretação da autora sobre as abordagens de Bernd Frohman (1995), Sandra Braman (2004) e Hamid Ekbia (2009).

O primeiro autor trazido por González de Gómez é Frohman. Sua abordagem do RI seria aplicá-lo para realizar uma genealogia das políticas de informação, de maneira alternativa à abordagens que consideravam tais políticas apenas como resultado das ações do estado, limitando o escopo das pesquisas a metodologias, processos e gestores do governamentais. Em um momento em que algumas abordagens tendiam a tratar a informação como uma *commodity*, Frohman parecia preocupar-se tanto com abordagens que reduziam ou excluía o papel dos estados quanto aquelas que o consideravam como o produtor/executor de políticas de informação por excelência.

Neste autor, o RI aparece como recurso interpretativo que permite considerar as relações amplas entre estado e sociedade. A utilização da teoria do ator-rede e teoria do poder sem mediação nos permite depreender o incômodo de Frohman com abordagens que davam maior atenção a questões gerenciais em detrimento de questões políticas, uma vez que os atores envolvidos nesse contexto teórico incluem uma gama de agências que vão muito além de uma hierarquia, além mesmo de atores humanos, quanto mais reduzir a

análise para atores humanos dotados de poder de decisão. Considere-se, ainda, que outra preocupação de Frohman é que os estudos de política de informação não se limitassem ao campo epistemológico e metodológico da biblioteconomia e ciência da informação.

Nesta definição Frohman coloca o RI como um sistema que apresenta distintos elementos, distribuídos em redes informacionais.

[...] any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users [...]. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific regimes of information (FROHMANN, 1995, p. 5).

Sobre Braman, Gonzáles de Gómez (2012) coloca que seu conceito de RI é bastante mais abrangente. Trata-se de um regime de informação global emergente (RIGE), que vai além dos limites dos estados nacionais, influenciando e complexificando as interações, agências e *issues*. O conceito de regime de informação se constitui dentro de um amplo conjunto de teorias acerca dos regimes: “an equilibrrious but still dynamic condition of a political system as it takes shape within the legal field” (p. 12). Tendo raízes no campo da economia política, a teoria do regime se entrelaça com a teoria dos campos, e por ter sido amplamente utilizada para análise do campo político é apresentada por Braman como uma das possibilidades de visualização das distintas variáveis que compõem e influenciam as decisões políticas e as políticas públicas de informação no mundo, uma vez que os sistemas de informação, ainda que ligados aos estados nacionais, estão, cada vez mais, interconectados.

Entre as vantagens da aplicação do conceito estariam sua plasticidade, o distanciamento das tentativas de categorizar políticas de informação, a possibilidade de imersão em todas as dimensões sociais - sem restringir ao estado. Nesta leitura de Braman, os estudos que venham a incorporar o conceito de RIGE não substituiriam os estudos acerca de políticas de informação, mas os realimentariam.

Entre as premissas de aplicação do conceito de RIGE, estariam a transparência como meta de política, a inclusão de redes e mercados, o compartilhamento de responsabilidades entre os setores público e privado na governança e a ideia do poder informacional como forma dominante de poder. Em a relação a este último ponto, vale ressaltar que o poder

informacional convive com outras formas de manifestação do poder na contemporaneidade: os poderes físico, estrutural, simbólico. O primeiro seria exercido sobre os outros tipos de poderes (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2012).

González de Gómez explica que essas categorias de poder denominadas por Braman seria parte de uma tentativa explicativa das ações de informação, através de seu controle normativo. Ressalta ainda o modelo de Estado que subjaz a essa teorização: aquele “que se constitui num plexo de relações triplicadas pelo governo, a governabilidade e a governança” (GONZÁLES DE GOMEZ, 2012, p. 52). Sobre esses três aspectos, seguem as seguintes definições:

government (the formal institutions, rules, and practices of historically based geopolitical entities); governance (the formal and informal institutions, rules, agreements, and practices of state and non-state actors the decisions and behaviours of which have a constitutive effect on society); and governmentality (the cultural and social context out of which modes of governance arise and by which they are sustained). (BRAMAN, 2004, p.13).

Complementando, González de Gómez (2012) apresenta uma terceira interpretação do conceito de regime de informação, representado por Ekbia (2009), que o utiliza em estudos que relacionam informação e ação, de maneira próxima ao conceito de regime de valor. Este último faz parte da esfera discursiva da sociologia pragmática, neste caso, representada por Boltanski e Thevenot, para quem o regime de valor representa conjuntos de distintos de formas de avaliar pessoas e objetos. Assim:

(...)I argue that various sources of information receive disparate treatments because they belong to disparate 'worlds' with different regimes of worth - that is, with different ways of evaluating people and objects. What is considered as the key measure of value in one world (e.g., 'efficiency' in the industrial world) may be of secondary or minimal importance in another (e.g., in the domestic world of family relationships). These worlds, by the same token, incorporate various regimes of information that involve the situated activity of those who use the information. I want to show that information is not only put to use, but becomes information in the first place through situated social practice. In short, I adopt and develop a situated understanding of information as something that is created in practice --that is enacted, in other words. (EKBIA, 2009, s.p.).

Seguindo essa linha teórica, Ekbia demonstra como nas práticas e experiências diárias a informação é construída e valorada, constituindo assim um regime de informação. Outra linha investigativa de Ekbia seria a análise do contraste entre esses regimes de

informação localmente construído nas práticas e os “grandes sistemas padronizados e descontextualizados criados para permitir as ações em grande escala e à distância”, característicos da globalização (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2012, p. 55).

Observa-se que esses três autores, sistematizados por Gonzáles de Gómez, referem sua vinculação teórica explicitamente para demonstrar a construção de seus conceitos de regime de informação. Frohman remete a Foucault e Latour, Braman à teoria política internacional e Ekbia a Boltanski e Thevenot. Entendemos que na sistematização desses autores é evidente a influência da sociologia francesa, em suas vertentes bourdesiana e pós-bourdesiana.

Embora Braman não refira explicitamente sua vinculação bourdesiana, em sua explicação da construção do conceito de RIGE ela demonstra as teorias e variáveis que as teorias do campo (embora anteriores e/ou mais amplas que as de Bourdieu), a teoria sistêmica e a questão da imprevisibilidade da agência dos atores sociais foram motores para uma forma de análise que levasse em conta todos esses elementos (BRAMAN, 2004). Entendemos que a sociologia bourdesiana também tem como preocupação a análise de todos esses elementos, ainda que de certa forma, por uma visão “do alto”, como explicita Vandenberg:

Aplicando conscienciosamente o método estrutural, o sociólogo se dispõe a objetivar a realidade social como um sistema de relações entre pessoas e a compreender a posição (e as tomadas de posição) de cada pessoa no interior de uma configuração que a coloca em relação com todas as outras posições (e tomadas de posição) e lhe confere seu sentido objetivo, permitindo assim explicar o sentido das ações a partir da rede completa de relações, nas quais e pelas quais as ações se realizam. Ainda que a construção do objeto crie um impasse sobre a ordem de interações e as considere do alto como uma emanção de posições estruturais que os atores ocupam no campo, ela, de fato, introduz uma terceira dimensão na análise social, o primeiro nível sendo constituído pelas práticas, o segundo pela ordem de interação, e a terceira envolvendo e sobredeterminando os dois níveis inferiores, pelo sistema estrutural de relações entre as posições sociais dos atores no campo.”(VANDEMBERG, 2006, p. 322).

Latour e Boltanski e Thevenot representam uma reação à sociologia então estabelecida e representada por Bourdieu. Este último teria a proposta de unir três vertentes do construtivismo (fenomenológico, macrosociológico/dialético e classificatório/pós-moderno/estrutural). Latour, por sua vez, teria desfeito a síntese bourdesiana, radicalizando e pós-modernizando um construtivismo dos etnometodólogos.

Boltanski e Thevenot, por sua vez, teriam desenvolvido uma versão original e pluralista do construtivismo constitutivo consensual (fenomenológico), a partir de um desvio pragmático da sociologia crítica (VANDEMBERG, 2006).

Como última consideração sobre a sistematização das ideias de Frohman, Braman e Ekbia acerca do conceito de regime de informação, chamamos a atenção para a relação entre seus pressupostos teóricos e o contexto de aplicação. A preocupação de Frohman acerca de análises exacerbadamente institucionais ou gerenciais do conceito das políticas de informação, ou sua demasiada desvinculação da figura do Estado (relacionada com a ideia de poder foucaultiana, que não discutiremos aqui) o leva a considerar uma metodologia menos estrutural para verificar como as definições acerca dos modos de produção e uso da informação são efetivamente determinadas. Em Braman, uma determinada forma de funcionamento do Estado (com pressupostos de governo, governança e governamentalidade) e suas relações com outros sistemas (mercados, redes), criando uma variedade de atores, amplia a aplicação do conceito de regime de informação, mas “endurece” de certa forma a análise para o lado das estruturas (assim como as análises bourdesianas, ainda que se considere toda a atenção dada à estruturação realizada pelos agentes). A visão pragmática e totalmente distinta representada por Ekbia reflete uma metodologia de análise das ações voltada para práticas cotidianas, quase que ignorando estruturas, muito embora elas apareçam de forma apagada quando consideramos a questão dos grandes sistemas padronizados e descontextualizados de determinação de valor que viriam a atritar com os regimes de informação locais.

A seguir, apresenta-se um quadro resumindo a interpretação feita sobre a síntese de Gonzáles de Gómez sobre as abordagens de regime de informação para Frohman, Braman e Ekbia (Quadro 1).

Quadro 1: Síntese de três diferentes abordagens do conceito de regime de informação

	Frohman	Braman	Ekbia
Influências teóricas referidas	Foucault, Latour	Teoria política internacional	Boltanski e Thevenot
Contexto de aplicação do regime de informação	Substituição de estudos sobre políticas de informação (dentro ou fora do Estado)	Estados, redes, mercados	Práticas cotidianas de criação, identificação e valoração de informação

Fonte: Baseado em González de Gómez, 2012.

3 METODOLOGIA

Este trabalho teve abordagem exploratória, com o objetivo de verificar como o conceito de regime de informação vem sendo utilizado nas teses e dissertações brasileiras aplicado a arquivos. Para isso, foi realizada uma busca com os termos <“regime de informação” AND “arquivos”> na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), na primeira quinzena de julho de 2018, nos títulos e resumos. Foram encontrados quatro resultados, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Resultados da busca <“regime de informação” AND “arquivos”> na Biblioteca Brasileira de Dissertações e Teses (BBDT) na primeira quinzena de julho de 2018

Autor	Título	Programa de Pós-Graduação	Instituição	Tipo	Ano
Silva	Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Polít-ica e Social de Minas Gerais	Ciência da Informação	UFMG	Dissertação	2007
Feitoza	Regimes de informação dos sistemas de arquivos das universidades federais e estaduais do Brasil	Gestão da Informação	UEL	Dissertação	2012
Brasileiro	O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB	Ciência da Informação	UFPB	Dissertação	2013
Cavalcanti	Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de novas memórias às margens do regime de informação	Ciência da Informação	IBICT / UFRJ	Tese	2014

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Foram analisados os objetivos e classificação das pesquisas encontradas. Adicionalmente, partiu-se da sistematização de Gonzáles de Gomes (2012) sobre três distintas abordagens do conceito de regime de informação - na perspectiva de Frohman, Braman e Ekbia - à partir da qual foi possível construir um quadro de referência. A seguir, procuramos relacionar essas diferentes abordagens com a forma de aplicação do conceito de regime de informação nas dissertações e tese encontradas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Todos os trabalhos encontrados foram desenvolvidos em programas de pós-graduação da área de Ciência da Informação, em diferentes unidades federativas. A seguir, apresenta-se brevemente o escopo e proposta de cada um dos trabalhos recuperados.

A dissertação de Silva (2007), intitulada *Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Político e Social de Minas Gerais*, teve como objetivo compreender a relação entre os fatores que influenciaram o processo de acesso aos documentos do DOPS-MG.

A pesquisa nos parece de cunho exploratório, definida pela autora como estudo de caso. Apresenta a hipótese que o acesso à informação é um fenômeno multidimensional, o que, na verdade, entendemos como o pressuposto que permite a aplicação do conceito de regime de informação, uma vez que ele representa o elo entre os aspectos contextuais, aspectos legais, bem como instituições e atores sociais que disputam espaços em torno do acesso/sigilo.

Silva (2007) analisa como se constituiu um regime de informação autoritário e como ele se modifica a partir do processo de abertura política no Brasil. A autora ressalta o papel do Estado como definidor de políticas de informação. Neste caso, o conceito de RI permite compreender o controle dos fluxos informacionais na disputa sobre a ostensividade ou sigilo dos documentos.

A dissertação de Feitoza (2012), intitulada *Regimes de informação dos sistemas de arquivos das universidades federais e estaduais do Brasil*, apresenta-se como pesquisa descritiva, que utiliza técnica padronizada de coleta de dados. Teve como objetivo analisar os regimes de informação dos sistemas de arquivos das instituições de ensino superior públicas do Brasil, à partir de certos elementos definidos como constitutivos de um regime de informação.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa de Feitoza (2012), à partir dos elementos considerados definidores do regime (atores, recursos, canais e mensagens) solicitava às chefias ou diretorias de sistemas de arquivos que apontassem a presença ou ausência de tais elementos, bem como sua relevância no desenvolvimento de suas atividades.

A dissertação de Brasileiro (2013), intitulada *O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB*, partiu do seguinte questionamento: de que forma é possível disseminar a informação arquivística produzida pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) no âmbito do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)? A pesquisa apresenta-se como descritiva, procurando resolver a pergunta através do método de pesquisa-ação. O objetivo consistiu em disseminar a informação produzida pela referida comissão, construindo um espaço de comunicação na web.

Na dissertação de Brasileiro (2013), o conceito de regime de informação aplicado trata-se de uma configuração do mesmo, desenvolvida em trabalho prévio por outro pesquisador. Trata-se da dissertação de Amorim (apud BRASILEIRO, 2013), que por sua vez, havia representado o regime de informação arquivístico da UFPB, identificando seus dispositivos, artefatos, atores e ações de informação. À partir desses elementos, o website construído por Brasileiro preocupou-se em dar espaço para cada um desses componentes. O regime de informação é aqui tratado como o pano de fundo que determina o processo de mediação da informação, para o qual a pesquisa estava empenhada em aprimorar.

A tese de Cavalcanti (2014), intitulada *Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de novas memórias às margens do regime de informação* apresenta-se como pesquisa exploratória, com o objetivo de identificar e analisar os fatores que contribuíram para o surgimento de três centros de documentação nas décadas de 1970/80 dentro de espaços acadêmicos, mais especificamente as universidades, durante o último período ditatorial brasileiro (1964 até 1985). A autora utiliza o conceito de regime de informação para expressar o cenário social e político no país, utilizando leis e decretos que regulamentavam o direito de acesso à informação, mas também a Política Nacional de Cultura vigente no período.

As dissertações e teses analisadas confirmam as distintas possibilidades de aplicação do conceito, representando tanto contextos jurídicos legais até aplicações de sua aplicação na identificação de seus elementos. Todas as dissertações e tese referem Frohman, Braman ou a própria González de Gómez, que também faz sua própria interpretação do conceito de RI, relacionando-o ao conceito de dispositivo de Foucault.

Acerca do conceito de regime de informação, Silva (2007) chama a atenção para o fato de que uma das críticas mais frequentes ao conceito de regime de informação é sua

imprecisão, o que a autora entende como valiosa, pois permitiria a análise do mesmo objeto diante de diferentes pontos de vista. Considera-se, entretanto, que o que ocorre de fato não seria imprecisão, mas antes, amplitude conceitual devida à distintos pressupostos teóricos, como é possível perceber na sistematização anteriormente apresentada.

A dissertação de Silva (2007) e a tese de Cavalcanti (2017) parecem utilizar o conceito de regime de informação de maneira a considerar aspectos jurídicos e legais determinantes do espaço de movimentação dos atores sociais, tanto no caso da disputa acerca do sigilo/abertura dos arquivos do DOPS-MG quanto no caso do contexto de surgimento dos três centros de documentação analisados.

Nestes dois casos, embora tanto Braman quanto Frohman sejam citados, nos parece que há uma maior preponderância da interpretação mais estrutural de suas possibilidades, especialmente representados pelo panorama jurídico: um pano de fundo alterável e alterante (estruturado e estruturante), aos quais os autores recorrem para explicar o desenvolvimento de determinados fenômenos informacionais.

As dissertações de Feitoza (2012) e Brasileiro (2013) parecem partir de problemáticas mais gerenciais, no sentido de estabelecer melhores práticas e políticas de informação no seio de instituições públicas. Ou seja, preocupações eminentemente gerenciais, em que o conceito de regime de informação aparece como pano de fundo para que se tomem decisões, seja de mediação de informação (caso da CPAD), seja dos sistemas de arquivo das universidades no Brasil. O conceito de RI aparece aqui para demonstrar a não redução da análise ao desenvolvimento de uma política de informação isolada, como recomendava Frohman.

Em que pese o fato de que nenhuma das pesquisas sejam estritamente sociais, as metodologias implementadas nas dissertações e tese analisadas não pareceram incorporar muito profundamente as propostas mais etnometodológicas ou que incorporassem a teoria do ator-rede, no caso das que citaram Frohman. Também não foram encontradas referências à abordagem pragmática de Ekbja. Os trabalhos analisados, ainda que focados em distintos objetos e metodologias de análise, tendem a considerar o conceito de RI de maneira mais “dura”, que nos remete aos aspectos bourdesianos da influência de Braman.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta o resultado de uma primeira aproximação ao conceito de regime de informação aplicado a arquivos, através da procura por trabalhos com metodologias ou objetos de pesquisa semelhantes que pudessem contribuir para o desenvolvimento de instrumentos de análise adequados ao objeto.

Não foram encontrados trabalhos que tratassem especificamente de políticas públicas de arquivo e patrimônio, o que indica originalidade na proposta. No entanto, verificamos a construção de distintos objetos e metodologias que abordam o contexto arquivístico de maneiras distintas e bastante ricas. Entende-se que a maneira como RI tem sido aplicado nos estudos aqui citados ainda carregam uma forte tendência a representação de estruturas, vinculados mais à influência teórica de Braman.

Pensamos que o conceito de regime de informação pode ser explorado para expressar social, político e legal, o que é especialmente interessante para o diagnóstico de arquivo de políticas públicas no Brasil com uma nova perspectiva, epistemologicamente em consonância com as linhas de estudo das ciências da informação. Mas constatou-se uma linha teórica mais pragmática que pode dar conta da experiência de atores e agentes, que poderia ser explorada no escopo da pesquisa acerca das políticas públicas de arquivo no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillian, 2004.

BRASIL. LEI No 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> . Acesso em 05 ago. 2018.

_____. DECRETO Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm> . Acesso em 05 ago. 2018.

BRASILEIRO, Fellipe Sá. **O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação,

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em
<<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3944>> Acesso em 05 ago. 2018.

CAVALCANTI, Marcia Teixeira. **Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de novas memórias às margens do regime de informação**. 2014. 190 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro/instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:
<<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/842>> . Acesso em 05 ago. 2018.

EKBIA, Hamid. Information in action: a situated view. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, Vancouver, v. 46, n.1, p. 1-11, 2009. Disponível em
<<https://onlinelibrary.wiley.com/toc/15508390/2009/46/1>> Acesso em 05 ago. 2018.

FEITOZA, Leonina Amanda. **Regimes de informação dos sistemas de arquivos das universidades federais e estaduais do Brasil**. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000181080>> . Acesso em 05 ago. 2018.

FROHMAN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. **Proceedings of the Annual Conference of the Canadian Association for Information Science**, Edmonton, s.v., s.n., p. 1-15, 1995. Disponível em
<<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/documents/taking%20information%20policy%20beyond%20information%20science.pdf>> Acesso em 05 ago. 2018.

GONZÁLES DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set. a dez. 2012. Disponível em
<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/repositorio/2015/12/pdf_3c42553162_0000011948.pdf> Acesso em 05 ago. 2018.

SILVA, Shirlene Linny da. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais**. 2007. 253 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em
<<http://hdl.handle.net/1843/ECID-79CP3G>> Acesso em 05 ago. 2018.

VANDENBERGUE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, Aug. 2006. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000200003&lng=en&nrm=iso> . Acesso em 05 ago. 2018.